

Transferência paradoxal: da comunicação paradoxal à reação terapêutica negativa¹

Didier Anzieu, Ph.D.

Estamos cientes dos estudos sobre os efeitos patogênicos de certos tipos de comunicação, como os realizados nos Estados Unidos, na Universidade de Palo Alto, em Stanford, sob o impulso de Gregory Bateson e Don Jackson (1964); esses estudos tornaram-se conhecidos na França por meio de duas publicações organizadas por Paul Watzlawick (1967, 1973). Suas implicações para a psiquiatria, ou melhor, para a antipsiquiatria de acordo com Laing, foram numerosas e levaram, também, a disputas e brigas, enquanto suas aplicações para a psicanálise foram praticamente nulas². Na França, apenas Racamier (1973) usou esses princípios com sensatez para tentar lançar alguma luz sobre o mecanismo do humor. Entretanto, ele limitou seu trabalho à psicanálise da vida cotidiana e não à abordagem do problema da comunicação paradoxal no tratamento analítico. Provavelmente, existem várias razões para essa omissão. Novas ideias encontraram resistência nos círculos psicanalíticos atuais, em parte por causa da paixão ruidosa dos fanáticos, bem como dos detratores da própria comunicação paradoxal. Mas essas são apenas bolhas aparecendo na superfície.

¹ Traduzido do inglês para o português por Augusta Gerchmann e Camila de Araújo Reinert do artigo: Didier Anzieu (1986) Paradoxical Transference, *Contemporary Psychoanalysis*, 22:4, 520-547, DOI: 10.1080/00107530.1986.10746144

Publicado pela primeira vez: *Le transfert paradoxal: De la communication paradoxale à la réponse thérapeutique négative*. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 12: 51-72. Paris: Gallimard, 1975. Traduzido do francês para o inglês por Monique Melloche (tradução melhorada por M. Zaphiropoulos).

² Nos Estados Unidos, Feiner (1970) tratou detalhadamente de várias das questões levantadas pelo grupo de Palo Alto em um artigo focado no que ele chamou de “comunicação inautêntica” no tratamento analítico.

No fundo, a questão diz respeito à teoria. Os pesquisadores de Palo Alto fizeram descobertas incontestáveis, mas as utilizaram como máquina de guerra contra a psicanálise, não só dispensando a teoria das pulsões, que foi considerada obsoleta, mas também com relação às noções de aparelho psíquico e processos primários e secundários, e por querer dar conta das interações de familiares em situação terapêutica segundo um sistema puramente informativo. Esse viés teórico empobreceu e truncou a compreensão dos fatos observáveis. Gibello³ foi o primeiro a chamar nossa atenção para a fecundidade das observações encobertas por trás desse preconceito e nos surpreendeu ao encontrar aí a chave de certas dificuldades encontradas na psicanálise, em relação a certas formas de transferência que, por sua vez, levavam a certas reações contratransferenciais. Esse par, transferência-contratransferência, recria então uma repetida e prolongada situação infantil, que é a de uma comunicação paradoxal oriunda dos pais e suas consequências traumáticas, em certos momentos específicos, sobre o desenvolvimento do aparelho psíquico do sujeito. Se o psicanalista permanece preso neste jogo que proponho chamar de “transferência e contratransferência paradoxal”, então a situação psicanalítica leva a um fracasso que é convenientemente chamado de reação terapêutica negativa. É somente por meio do conhecimento dos principais tipos lógicos de comunicação patogênica que o psicanalista poderá realizar o trabalho analítico necessário e, assim, ajudar o paciente a trabalhar a situação. Além de seus aspectos clínicos e técnicos, a questão da transferência paradoxal acarreta muitas implicações teóricas que tentaremos delinear — implicações sobre a gênese, o funcionamento e os déficits do aparelho psíquico e, mais precisamente, do ego e da vida mental.

Meu primeiro relato de caso diz respeito a um homem a quem chamarei de Epimênides; vamos entender mais tarde porque eu uso esse pseudônimo. Epimênides era um homem que fez psicoterapia com outra pessoa por muito tempo e que insistia que eu o tomasse em análise. Depois de cerca de quinze sessões preliminares, aceitei fazer seu tratamento por causa de sua grande angústia interior e das fortes inibições que prejudicavam sua vida intelectual e emocional. Sua análise se desenvolveu na seguinte sequência transferencial, e levei um bom tempo para entendê-la como típica da transferência paradoxal. Na primeira fase, quando eu estava vendo-o três vezes na semana, no divã, ele ficava apático, não trazia muito material inconsciente (sonhos ou memórias), mostrando pouco afeto. Então ele se tornou bastante deprimido. Na segunda fase, quando o via duas vezes por semana cara a cara, ele conseguia me envolver em um diálogo, mas muitas vezes entendia mal o que eu dizia a ele e me censurava por não o

³ Comunicação pessoal.

entender. Era óbvio que ele estava reencenando comigo a situação paradoxal em que seu pai costumava colocá-lo quando ele era um adolescente, exigindo dele a perfeição nos estudos, ao mesmo tempo que lhe negava os meios materiais e a confiança moral para realizá-los. Isso levou a repetidas cenas dramáticas entre os dois. Finalmente, em duas ocasiões, aconteceu um episódio explosivo que pude compreender pelo conhecimento da comunicação paradoxal que acabara de adquirir. Aqui está um deles:

No departamento administrativo da empresa onde trabalha, um cliente que se sentia insatisfeito por não ter obtido algo que de forma alguma tinha direito, agarrou fisicamente a recepcionista. Epimênides, que é alto, forte e praticante de esportes, apelou em vão ao cliente para que a soltasse e, com o pânico da recepcionista, começou a empurrar o agressor. O cliente, um indivíduo mentalmente perturbado, que posteriormente ficou provado ser conhecido da polícia, voltou-se contra Epimênides, chutou-o nos órgãos genitais e fugiu. Epimênides teve de ser hospitalizado e operado e, embora, felizmente, tenha sido poupada sua virilidade, teve de faltar a várias sessões. Ele me telefonou do hospital para explicar o acidente e se desculpar. Eu disse a ele que havia “cancelado” suas sessões até que ele melhorasse e ele decidiu uma possível data de retorno.

Na minha opinião, “cancelado” significava que as sessões foram suspensas com o meu acordo, portanto, ele não teria que pagar por elas. Retornou ao tratamento na data combinada e relatou o incidente em todos os seus detalhes. Só então ouvi toda a história. No fundo, acusou-se de ter ficado aborrecido com o pânico da mulher e assumiu a responsabilidade pelo dano que havia sofrido. Ele pagou por sua sessão, incluindo aquelas que ele perdeu. Enfiou o dinheiro no bolso sem conferir, porque geralmente ele pagava em cada sessão e eu estava bastante preocupado em tentar entender as razões de sua versão masoquista dos fatos. Então ele explodiu. Ele tinha acabado de pagar pelas três sessões anteriores que havia perdido, além de pagar pela presente. Ele sentiu que era escandaloso que eu o tivesse forçado a pagar por sessões pelas quais havia se desculpado antes do horário, pois eu tinha aceitado a ideia de que ele poderia faltar e — na minha profunda ignomínia — ele estava em um estado físico e mental debilitado. Eu o lembrei de que havia “cancelado” essas sessões, o que implicava que ele não devia nada por elas e devolvi o pagamento que excedia. Mas isso não foi suficiente para conter sua raiva. Ele me colocou na seguinte armadilha e eu tive a amarga satisfação de perceber que era minha vez de ser vítima de uma situação paradoxal, em vez de seu presumível instigador: se “cancelamento” significava “não ter que pagar”, eu tinha que dizer claramente; se eu não disse com clareza, era porque não queria ter dito isso naquela hora. Agora, diante da legítima indignação frente à minha injustiça, eu estava tentando,

disse ele, recuar e brincar com o significado do verbo “cancelar”. Colegas que passaram por circunstâncias semelhantes devem saber, como eu, a inutilidade das interpretações “clássicas” que não podemos deixar de fazer. Aqui estão duas que fiz. A primeira mostrava minha agitação, ecoando a da recepcionista: “Você está projetando”. A isso ele respondeu: “Na psicanálise, é sempre aquele que diz quem está fazendo”. Consequentemente, minha segunda interpretação foi aparentemente mais inapropriada e certamente mais engraçada: “É sua vez de me chutar nas bolas” (a palavra “bourse” em francês é usada tanto para bolsa como uma gíria para o escroto). Isso rendeu outra resposta: “Não tente bancar o psicanalista comigo para se livrar disso. Você está errado; eu o peguei em flagrante; simplesmente admita”. E ele me deixou lá.

Minha “contratransferência”, por assim dizer, depois que ele fechou a porta, foi de natureza mista. Levei um certo tempo para desvendar os seguintes afetos: um forte ressentimento interior; a impressão de ter demonstrado incapacidade psicanalítica de compreensão; o vago desejo de que ele não voltasse — uma situação com a qual ele me ameaçou várias vezes. Ao mesmo tempo, me senti culpado por experimentar esses sentimentos de hostilidade e inferioridade, bem como o vago desejo de que ele desaparecesse, um desejo que já foi evidenciado no meu uso do vago, equivocado e significativo verbo “cancelar” em relação às sessões às quais ele não pôde comparecer. Se eu não tivesse conhecimento dos estudos de Palo Alto, teria corrido o risco de perder terreno e deixar o paciente realizar uma das fantasias subjacentes da reação terapêutica negativa, que é impulsionar o outro — pai, objeto amado, psicanalista — para sua própria destruição.

Ele foi pontual em suas sessões subsequentes porque, disse ele, eu teria ficado muito feliz se tivesse me livrado dele, caso ele não tivesse voltado, o que era a prova de que minha própria contratransferência estava em sintonia com sua transferência. Voltei ao incidente do pagamento indevido de sessões. Progressivamente, pouco a pouco, durante os intervalos em que seus pensamentos não eram completamente dominados por suas próprias reações emocionais intensas — às vezes agressivas, outras vezes deprimidas — consegui explicar três coisas a ele: (1) Ele procurou me colocar em uma posição onde às vezes minha impotência, outras vezes minha incompetência, minha inércia ou minha raiva eram demonstradas a ele a todo custo; (2) Que agindo assim comigo, não importando o quão desagradável fosse para nós dois, ele passava por uma etapa necessária que consistia em começar a adquirir domínio sobre o sistema a qual, até então, ele havia sido submetido como vítima, administrando-o a outra pessoa; (3) A nova etapa que eu e ele tivemos que percorrer acabou, em sua análise, por desmontar este sistema, refletindo juntos sobre ele.

Na verdade, qualquer “interpretação” de minha parte sobre fantasias e impulsos ativados nele estava caindo no círculo vicioso do paradoxo que só estava enchendo um grande tonel. O trabalho psicanalítico foi, portanto, subordinado a uma fase preliminar que a pesquisa de Palo Alto havia definido perfeitamente: não se pode sair de uma comunicação paradoxal a não ser por meio “metacomunicativo” sobre essa situação. O convite à metacomunicação, o exemplo e a engrenagem dessa metacomunicação são tarefas incumbidas ao psicanalista. Por outro lado, o trabalho psicanalítico deve incidir sobre os processos de pensamento, sobre os passos lógicos que o sujeito dá, quando estes são os que se mostram problemáticos para ele.

Como resultado, depois de algumas sessões, quando o trabalho analítico recomeçou, houve uma suspensão bastante abrupta das inibições mentais que atormentavam sua vida profissional; tomou uma decisão sobre uma importante mudança em seus planos para o futuro, que ele havia apenas considerado até recentemente; a recuperação de um certo grau de felicidade na vida foi alcançada pela liberação de boa parte da energia psíquica que havia sido usada para consolidar sua ansiedade persecutória; mas também ocorreu um recrudescimento, doloroso para ele e para mim, da irrupção de sentimentos persecutórios na análise e de mensagens negativas acerca da sua interrupção. Mas pelo menos poderíamos falar sobre isso a cada irrupção.

Epimênides, que há dois anos não sonhava, voltou a sonhar: “Alguns policiais entraram na casa de um amigo onde havia uma estante de livros proibidos: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Aí vieram para (seu) lugar — aqui o sonho não ficou claro — e (ele) foi proibido de permanecer, a menos que isso significasse que (ele) seria confinado em (sua) residência”. Quem conhece meu consultório psicanalítico sabe que há uma abundância de estantes e numerosos livros de psicologia, psiquiatria e psicanálise. Os policiais são, portanto, o superego que proíbe Epimênides de ser compreendido tanto por ele como por mim. Isso foi o que eu expliquei para ele.

Ele comentou espontaneamente sobre a equivalência das duas afirmações contraditórias — proibido de permanecer e confinado à residência. Essas duas injunções são antagônicas e sua conjunção no sonho parece-me uma bela ilustração do paradoxo do duplo vínculo em que Epimênides se sentia preso. Algumas sessões depois, ele foi capaz de expressar esse paradoxo em palavras da seguinte forma: “Se eu continuar com a psicanálise, será para analisar meu superego, mas eu só preciso estar no escritório do psicanalista para meu superego me impedir de prosseguir com a sessão”. Expliquei-lhe que o sistema em que se sentia preso inclui a proibição de sair da armadilha. “Claro”, disse ele, “caso contrário, não seria uma armadilha” e ele teve um surto de agressividade em relação a mim.

Expliquei então que a exigência excessiva de seu superego era a causa direta da excessiva agressividade que ele às vezes sentia. Parece-me importante, quando confrontado com uma transferência paradoxal, tirar a culpa da agressividade de sua parte, que é fazer o oposto do que a família fez continuamente culpando a criança; e, por outro lado, para tranquilizar o indivíduo sobre a origem dessa preocupante intensidade agressiva, explicar que, quando alguém é colocado em um tipo de situação paradoxal, a rebelião não é apenas uma reação normal, mas, muitas vezes, é até mesmo um saudável começo vital — uma defesa da própria integridade psíquica (Feiner, 1970).

Agora, como alguém pode explicar teoricamente a psicodinâmica dessa sequência? Creio que ilustra não só, como a princípio acreditei, a posição paranoica, mas também a fase que se segue, que Meltzer (1967) definiu como projeção. Projeção é uma solução mais fácil, e é usada antes do que a introjeção. Toda a situação psicanalítica torna-se uma realidade que confirma seu sistema projetivo para o próprio sujeito. O psicanalista pode lidar com tal situação apenas introduzindo mudanças no ambiente real: passando para uma situação face a face; usar intervenções que transmitem sua experiência pessoal; fazer rearranjos com relação a honorários ou horários, de modo que se introduza uma negação categórica da perseguição projetada. Essa perseguição pode então ser analisada, mas requer uma segunda condição, que é a interdição de metacomunicação. Aquilo que havia fechado o sistema paradoxal é levantado pelo psicanalista que toma a iniciativa de metacomunicar e o faz sistematicamente cada vez que o paciente apresenta uma manifestação paradoxal.

Desde Freud, os psicanalistas desenvolveram o hábito de trabalhar em termos de conflito psíquico, o que implica, para eles e seus pacientes, o predomínio da lógica das contradições. Sejam conflitos, entre desejo e defesa, amor e ódio, ego e id, ego e superego; sejam os conflitos entre subsistemas internos em cada instância psíquica, o conflito advém do fato de que dentro do mesmo sistema os dois elementos desse sistema emitem manifestações contraditórias, uma positiva e uma negativa, estando pelo menos um deles geralmente inconsciente. Assim, para o menino na fase edípica, é o conflito entre “Eu gostaria de casar com minha mãe” e “Se meu pai vir que cobiço sua esposa, ele me castigará”. Ou, para o masoquista moral, é: “Devo ser punido por minhas faltas”, e “Eu me glorifico pelos danos que eu (ou eles) me inflijo”. Watzlawick (1967) ilustra a contradição pela conjunção de dois sinais de trânsito — o sinal “pare” e o sinal “absolutamente proibido de parar”. Esse tipo de situação contraditória libera o sujeito para acatar uma ou outra dessas liminares. Na neurose, a solução é um sintoma que satisfaz parcial ou simbolicamente uma e outra injunção. Essa é uma postura da lógica de ambivalência e de formação de compromissos.

A lógica do paradoxo é diferente. As duas afirmações antagônicas operam sucessivamente e não simultaneamente — não pertencem ao mesmo sistema no sentido de que não são do mesmo nível de abstração. Segue-se que nenhum dos dois pode ser verdadeiro ou falso. Se essas declarações são injunções, o resultado é que nenhuma dessas duas injunções antagônicas pode ser satisfeita. (Dizemos antagônico porque o termo contraditório na boa lógica deve ser reservado para duas proposições que pertencem ao mesmo “conjunto” e, portanto, são do mesmo nível de abstração). Tomemos o exemplo do primeiro e mais famoso paradoxo, formulado pela primeira vez como tal na antiguidade pelos sofistas gregos, o de Epimênides. “Epimênides, o cretense, diz que todos os cretenses são mentirosos. Mas Epimênides é cretense. Assim, ele mente quando diz que os cretenses são mentirosos. Mas se os cretenses não são mentirosos, Epimênides está contando a verdade. Nesse caso, é verdade que os cretenses mentem. Mas então...” E assim por diante⁴. O paradoxo é um círculo sem fim. A verdade não é mais o oposto da falsidade. A verdade é transformada em falsidade e a falsidade, por sua vez, torna-se verdade. Estamos na lógica da ambiguidade e não mais na da ambivalência, e não há espaço para a formação de compromissos.

O paradoxo de Epimênides não é muito convincente porque seu conteúdo é irônico. Como Bateson e Watzlawick (1967) verificaram, tudo muda quando uma injunção paradoxal é feita por alguém que está em uma posição de força em relação a alguém que está em uma posição de fraqueza. Partamos de um exemplo corrente: “Ordeno-te que seja espontâneo” é uma injunção paradoxal, porque tem em si um contraditório: se obedecemos, não podemos ser espontâneos e, se não somos espontâneos, desobedecemos. Notemos que estamos aqui em dois níveis diferentes de abstração — o da afirmação e o da expressão da afirmação. O destinatário pode escolher entre três reações: ele pode ficar zangado, dizendo que estão rindo dele; ou ele pode criticar a incoerência do que é pedido a ele; ou ele pode permanecer passivo sem dizer nada e sem fazer nada. Mas, para cada uma dessas reações, o remetente da injunção paradoxal, se ele for presumido em uma posição de superioridade, pode invocar sua posição de superioridade e dizer: “Permanecer inativo é desobedecer e você será punido” (a resposta a uma atitude de retirada); ou ele pode invocar sua injunção: “Você deve obedecer em vez de argumentar, sem tentar entender” (a resposta à atitude crítica); ou pode

⁴ A forma lógica mais pura desse paradoxo é “Eu estou mentindo”. Portanto, estou mentindo quando digo que estou mentindo. Portanto, sou verdadeiro. Mas se eu for verdadeiro, digo a verdade quando digo que estou mentindo, e assim por diante. O trabalho de Bertrand-Russell sobre os princípios da matemática e o teorema de Godel mostraram que um raciocínio não pode ser aplicado a dados que constituem a estrutura de tal raciocínio. Portanto, não se pode decidir se “Estou mentindo” é verdadeiro ou falso.

fazer o destinatário se sentir culpado por sua reação agressiva: “Você é muito mesquinho de ficar com raiva quando eu não te machuquei ou culpei você de qualquer forma”.

Em outras palavras, as três diferentes aberturas que permitiriam escapar da situação paradoxal: rebelião, esforço intelectual ou inércia, estão todas aparafusadas. Além disso, as reações do destinatário à injunção paradoxal também se voltam paradoxalmente contra ele: ele é aquele a quem o remetente censura ter reações paradoxais. Se aquele que se encontra na posição inferior hesita e questiona, é porque é estúpido. Se ele fica irritado ou agitado, é porque é mau. Se ele busca refúgio na passividade, é porque não serve para nada. Em todos os casos, para começar, também existem questões de ingratidão e má vontade. Muitas mães agem assim com seus filhos, professoras com alunos, patrões com empregados, colonizadores com colonizados, nativos com imigrantes, algozes com vítimas. Para permanecer no campo da lógica, uma injunção paradoxal coloca o destinatário em uma situação concreta de dilema. Ainda assim, com a evidência gritante a que, no entanto, os pesquisadores de Palo Alto permanecem obstinadamente surdos por causa de seu viés estritamente informativo, também se pode ver qual pulsão tenta se satisfazer no remetente. A saber, a pulsão de morte, e contra a qual pulsão, despertada nele como eco, o destinatário sente-se na obrigação de mobilizar uma defesa maciça: nomeadamente o ódio. Encontram-se desejos de morte nos pais contra seus filhos perturbadores ou indesejados; desejos de morte do professor para com seu jovem aluno (ver Ionesco’s *The Lesson* [1951]); desejos de morte em líderes contra seus concidadãos (ver Orwell’s 1984 [1949]). Watzlawick e seus colaboradores (1967) citam um bom exemplo do desenvolvimento de uma situação paradoxal. É um trecho do diálogo de Alice com a Rainha Vermelha em *Alice no País das Maravilhas* (Carroll, 1865).

A Rainha Vermelha disse: “Você sabe línguas? Qual é o francês para fiddle-de-dee?

“Fiddle-de-dee não é inglês”, Alice respondeu gravemente.

“Quem disse que era?”, disse a Rainha Vermelha.

Alice pensou ter visto uma saída para a dificuldade desta vez. “Se você contar-me que língua é fiddle-de-dee, direi a você qual é o francês!”, afirmou ela triunfante.

Mas a Rainha Vermelha se endireitou: “Rainhas nunca fazem barganhas”.

Aqui estão alguns outros exemplos de injunções paradoxais nos quais o mecanismo de *double bind*⁵ é particularmente claro e os efeitos aniquiladores sobre o destinatário são evidentes.

⁵ Duplo vínculo, em que é imposto ao sujeito duas ou mais demandas conflitantes — tradução nossa.

O primeiro exemplo vem do Asterix na Córsega, de Goscinny e Uderzo (1973): um legionário romano chegou à casa de um perigoso bandido da Córsega para prendê-lo. A irmã do bandido abriu a porta, mas o bandido apareceu imediatamente e a mandou de volta para a casa. Ele então questionou o legionário:

- Você falou com a minha irmã.
— Ah? Eu não sabia disso...
— Não gosto quando se fala com minha irmã.
— Mas ... não estou interessado na sua irmã. Eu só queria...
— Você não gosta da minha irmã?
— Sim, sim, claro, eu gosto dela. . .
— Ah! Você gosta da minha irmã. Por favor, alguém me contenha ou eu mato ele (saída do legionário).”

Dois outros exemplos foram dados a mim por colegas, B. Gibello e R. Laloue⁶, advindos de suas práticas. Um adulto em psicanálise estava expressando desejos homicidas transferenciais inconscientes: “Minhas advertências ruins nunca se realizam” (ou não são ruins ou não são advertências). E um menino psicótico lembrou o que sua mãe lhe dizia quando ele era pequeno: “Você é um monstro — só uma mamãe/múmia pode te amar” (mummy pode significar tanto múmia como mamãe), deixando assim a criança com o dilema: ou não seja um monstro, mas não seja amado, isso não é nada; ou então, seja amado e para isso terá que se tornar um monstro. Notamos de passagem que o dilema é reforçado pela individualização de que não é sua mãe, mas uma mamãe/múmia quem está falando com essa criança.

O exemplo a seguir também diz respeito à relação mãe/filho. É um daqueles casos típicos construídos por Watzlawick (1967) a partir de fatos clínicos reais. Uma mãe dá ao filho duas gravatas, uma verde e uma azul. No dia seguinte, a criança usa a verde, então a mãe diz: “Você não gostou da azul que te dei?”. No dia seguinte, o menino usa a gravata azul e depois desenha a réplica simétrica: “Você não gosta mais da sua verde?”. Assim, no terceiro dia, a criança tenta uma solução de compromisso para satisfazer as duas demandas da mãe: ela usa as duas gravatas ao mesmo tempo. A mãe diz: “Meu pobre filho, você está enlouquecendo”. (Eu acharia ainda mais demonstrativo da teoria o seguinte comentário final: “Você vai conseguir me deixar louco”).

Essa anedota ilustra bem as condições através das quais o duplo vínculo pode desempenhar um papel na etiologia da esquizofrenia:

⁶ Comunicações pessoais.

- uma pessoa (ou muitas) está em posição de domínio sobre outra;
- a primeira pessoa coloca a outra em uma situação paradoxal repetidamente (quando isolada dessa repetição, na qual os efeitos cumulativos têm um equivalente traumático, a anedota citada não é mais dramática, mas engraçada);
- a pessoa dominante emite uma primeira injunção que geralmente tem uma forma gramatical negativa;
- então, essa pessoa emite uma segunda injunção oposta à primeira, mas pertencente a outro sistema de ideias ou ações, em um nível mais alto de abstração (este último ponto é apenas brevemente mencionado por Watzlawick [1967]; Kafka [1971] quem definiu com maior precisão a sua importância);
- ambas as injunções são reforçadas por punições ou ameaças;
- uma terceira injunção proíbe a vítima de sair da situação criada pelo *double bind* resultante das duas primeiras injunções, sendo a fuga ou a apatia, por sua vez, objeto de reprimenda ou punição;
- finalmente, a responsabilidade pelo comportamento paradoxal é jogado sobre a vítima que, inevitavelmente, está manifestando reações paradoxais em tal situação (ver Feiner [1970] para uma descrição detalhada).

Aqui está uma observação tirada da vida cotidiana de uma injunção paradoxal que não era patogênica porque não se repetia e que produzia risos na plateia. Uma mãe que estava recebendo convidados para o jantar exasperou-se com as reclamações de sua filha, que se recusava a ir para a cama e exigia uma xícara de café como todo mundo. A mãe finalmente gritou: “Aqui! Beba esse café e vá dormir”.

Racamier (1973) resume o romance de J. Heller, *Catch 22*, que descreve a vida em uma comunidade governada por regras paradoxais. Foi, durante a Segunda Guerra Mundial, em uma base de bombardeios da USAAF. As missões se tornaram cada vez mais perigosas, exaustivas e numerosas. O personagem principal tenta escapar desse inferno fingindo loucura para ser aterrado. Mas o artigo 22 do Código de Comportamento da Força Aérea estipula que um passageiro só poderia ser aterrado se ele solicitasse sê-lo. No entanto, as alternativas eram: ou ele é suficientemente louco para concluir mais missões e não tem lucidez suficiente para pedir para ser aterrado; ou pede para ser aterrado porque não é louco de verdade, caso em que deve continuar voando. Além disso, para não se embarçar com as perguntas dos aviadores, o quartel general também estabeleceu uma outra regra, “Os únicos que estão autorizados a fazer perguntas são aqueles que nunca fazem”. Além disso, um dos oficiais superiores ordenou ao seu chefe para não deixar ninguém entrar enquanto estivesse em seu escritório e que esperasse sua saída para permitir a entrada de quem pediu para ser ouvido.

Por fim, ilustrarei minha tese com o caso clínico de um de meus pacientes, a quem chamarei de Tamar — em memória de um episódio bíblico em que Absalom mata seu irmão Amnon, que havia estuprado sua irmã Tamar e está pronto para destituir seu pai David. Este último, por muito pouco tem tempo de escapar para além do rio Jordão, abandonando suas concubinas à fúria possessiva de Absalom. Absalom é finalmente morto por soldados que permaneceram fiéis a David.

Tamar, minha paciente, é a quarta filha de sua família. Entre seus 7 e 15 anos, o marido de uma prima mais velha que cresceu com ela e continuou morando sob o mesmo teto costumava visitar Tamar em seu quarto à noite e manter contato sexual sem defloração e coito. Durante esse tempo, ela experimentou obscuras sensações de prazer e intensos sentimentos de culpa. O estabelecimento de uma situação paradoxal foi possibilitado pela atitude da mãe, quem às vezes açoitava cruelmente Tamar cada vez que o homem, durante o dia, afrontava a paciente com ousadia e provocação. O argumento da mãe era que, nessas questões, as meninas estão sempre erradas e que cabe a elas não tentar os meninos e não ceder a eles. O primo, a cada visita noturna, reiterava a Tamar, que a princípio resistiu, a seguinte ameaça: “Se você não se soltar, vou denunciá-la aos seus pais por tudo que você já se deixou levar”. Os riscos da liminar paradoxal eram graves porque, ao bater em Tamar, a mãe afirmou que, se ela se deixasse levar por um homem antes de se casar e se o pai dela soubesse disso, ele certamente a mataria. Esta, de fato, foi uma injunção paradoxal: ou você resiste e será denunciada, e sofrerá um castigo mortal; ou você cede e incorre na mesma punição, se for descoberta. Durante meses e meses em seu tratamento, Tamar voltaria a esse mesmo episódio. Isso cessou de preocupá-la depois que eu desmontei o *double bind* que havia operado para ela, bem como o problema que havia deixado de estar presente para ela na realidade externa com a chegada de uma nova governanta que denunciou como blefe a injunção paradoxal do primo e pediu a Tamar que encerrasse as visitas dele. Em vez disso, no entanto, Tamar começou a desenvolver uma transferência paradoxal comigo que por um tempo me irritou e me decepcionou (pois eu acreditava que minhas explicações haviam permitido que ela superasse esse problema) e que acabei entendendo à luz do acima mencionado episódio: era preciso que ela me infligisse uma contradição da mesma natureza daquela que teve de suportar para superá-la.

Esse relato de caso me dá a oportunidade de fazer várias observações. O conhecimento do psicanalista sobre os fenômenos de *double bind* e seus pontos de referência na história do paciente de forma alguma poupam a antiga transferência paradoxal no paciente e/ou a contratransferência paradoxal em

si mesma⁷. Além disso, embora no paradoxo de Epimênides a aposta seja importante apenas no plano metafísico (o que distingue a verdade da mentira?), em todos os dilemas, não só os que usei como ilustração, mas aqueles que a história das ideias e das culturas reuniu, a importância é física ou vital. Como o enigma proposto a Édipo pela Esfinge, como as suposições que faziam parte dos antigos ritos de ascensão à realeza ou o teste de um mensageiro inimigo, esses são jogos de vida ou morte. É uma questão de morte orgânica presente em mitos coletivos e fantasias individuais. É a morte psíquica, muitas vezes total na psicose, parcial nos estados limítrofes e nos defeitos narcisistas. Racamier (1973 p. 661) escreveu com precisão que “O louco sofismo seria, ao mesmo tempo, *trompe-la-mort* (enganando a morte) e *trompe-le-moi* (enganando o ego)”. Em uma publicação anterior (Anzieu, 1975), afirmei que “paradoxos lógicos são expressões da pulsão de morte”.

Colocar o outro em situação paradoxal e, posteriormente, censurá-lo pelo caráter contraditório de seu discurso e de seus afetos, na verdade decorrentes da situação, constitui um procedimento com implicações inconscientes. A técnica para tal procedimento consiste na perversão dos processos secundários do pensamento pelo processo primário; seu objetivo é aplicar definitivamente o controle sobre o outro por meio de um reforço econômico, ou seja, de um aumento quantitativo da pulsão autodestrutiva nessa pessoa. Os escritos dos pesquisadores de Palo Alto silenciam sobre esse ponto, embora a psicanálise clínica nos ensine que aí se desenvolve uma espécie de aliança terapêutica negativa entre a pulsão inconsciente do remetente que visa à morte do outro e a pulsão autodestrutiva do destinatário. Assim, verifica-se que à última pulsão corresponde: a) receber uma sobretaxa quantitativa; b) distanciar-se da possibilidade de se unir às pulsões de vida.

Somos levados, portanto, a reconsiderar a hipótese freudiana do inato desses dois traços nos pacientes, um inato que torna impossível analisá-los completamente e que, segundo Freud em sua Análise Terminável e Interminável, conta para a reação terapêutica negativa. Tais traços, no caso de uma situação paradoxal instituída pelos pais (ou outros), são manifestamente adquiridos e, portanto, modificáveis na condição de que a resolução da situação ocorra na transferência.

A transferência paradoxal é vista em sujeitos inteligentes (pelo menos os que vêm para análise) que têm sucesso nas áreas acadêmica e profissional e que, ao invés de apresentarem sintomas precisos, apresentam:

(a) uma grande passividade que pode ser expressa por meio de fraqueza psicomotora; ou uma busca incessante por estímulos vindos de outras pessoas;

⁷ Feiner (1970) insiste na análise dos antecedentes comunicativos e comportamentais entre o paciente e a análise.

ou suscetibilidade ao cansaço em todas as atividades que impliquem contatos pessoais; ou através de labaredas de conflito aberto, produzindo decisões abruptas para mudar o trabalho de alguém;

(b) dependência de direção e, geralmente, injustificada em relação a certas pessoas do seu ambiente; a busca de um objeto ou de uma expressão de sentimento que eles vagamente esperam receber, mas que não podem identificar nem pedir, o que implica neles um estado permanente de surpresa;

(c) uma vida sexual e amorosa às vezes pobre, sempre frágil e certamente intermitente com o relacionamento com o parceiro facilmente experimentado como frustrante;

(d) a sensação de ter uma vida interior diferente da dos outros; de falta de liberdade, espontaneidade, variedade na associação livre; de não sentir as repercussões representativas e efetivas que a vida costuma provocar na maioria das pessoas; de temer parecer tolo, o que inevitavelmente produz reações tolas; esta diferença é por vezes sentida como uma injustiça em relação à qual o paciente desenvolve uma disputa interna e interminável, e outras vezes é sentida como valorizada e idealizada como algo que o torna um caso único, um ser excepcional; assim, dois extremos em torno dos quais seu comportamento tende a se organizar são estupidez ou arrogância.

Esses pacientes apresentam um estado com o qual somos confrontados cada vez mais no tratamento psicanalítico, um estado entre a neurose e a psicose em que o defeito narcísico, como o vaso furado das *Danaides*, implora para ser sempre preenchido. Nesse estado, o sucesso profissional e social, que pode ser considerável, repousa nos traços das partes megalomaniacas do ego. As metáforas que vêm à mente para descrever a vida psíquica dessas pessoas são “A falha básica” de Balint (1968), “O falso self” de Winnicott (1960), “A fortaleza vazia” de Bettelheim (1966), “seio latrina” de Meltzer (1967). Esses sujeitos são atraídos para atividades como educadores ou assistentes sociais, nas quais podem alcançar um status bastante elevado e onde podem viver indiretamente na vida de outros que deles se alimentam. Esse mecanismo de identificação introjetiva permite que se mantenham com certas pessoas próximas, colegas, amigos, relações interpessoais satisfatórias e demonstrem certa sensibilidade psicológica em algumas situações de vida e de trabalho.

Eu fiz as seguintes observações sobre minha própria contratransferência em tal caso. Minha contratransferência evoluiu de uma neutralidade benevolente, com um toque de simpatia encorajadora, para alguma pena e então para um cansaço tingido de irritação com a ineficácia de meu silêncio, bem como de minhas interpretações. No caso desses pacientes, uso, em vão, todas as interpretações que o conhecimento e o treinamento psicanalítico colocaram à minha disposição

— sejam essas interpretações edípicas, o que claramente não é o problema desses pacientes, sejam interpretações que tratem da oral e invejosa, ambivalente dependência da mãe. Às vezes, atribuo a falta de progresso à sua recusa ou à sua incapacidade de proceder por si próprios ao trabalho psicanalítico; outras vezes, fico aborrecido com minha incompetência em descobrir o que falta entender sobre eles. Eventualmente, eu volto para uma posição de presença passiva e apoio. Mas então eu lentamente me conscientizo da evidência desagradável de que inconscientemente eles estão tentando arrastar o analista e a análise, se não para o desastre profissional ou sexual que estão cortejando, pelo menos para seu *whithering* psíquico (branco psíquico⁸). Isso confirmou minhas ideias de que, se a análise da psicose está relacionada à realização de desejos reprimidos, a análise dos defeitos narcisistas e dos estados limítrofes está relacionada à realização de uma ameaça que permanece suspensa — a de aniquilamento, de um vazio ou de um colapso total. Mas esse entendimento, que é realmente muito geral, não é muito útil e, quando tentei comunicá-lo aos pacientes, não trouxe nenhuma mudança em seus estados. Tentei me consolar dizendo que esses casos estão além dos “limites da analisabilidade”, e também por me encontrar na boa companhia de S. Freud, que descreveu, já no final de sua vida, entre as causas do fracasso da análise, a reação terapêutica negativa que ele atribuiu ao excesso ou à insuficiência da força dos impulsos em certas pessoas e à predominância dos impulsos autodestrutivos sobre Eros em outras. Então, foi isso que tive a oportunidade de viver mais de uma vez.

Eu só poderia sair disso começando a pensar quais aspectos paradoxais tal situação significava para mim. O primeiro paradoxo é: com esses pacientes, a situação analítica liberal, em vez de fomentar a liberação da agressividade reprimida e inibida, como faz classicamente com os neuróticos, exacerba sua autodestruição. O segundo paradoxo também vai contra a corrente da psicanálise clássica: no início da análise, esses pacientes fazem um trabalho analítico produtivo; mas quanto mais dura o tratamento, não apenas eles entendem menos, mas o pouco que entendem, entendem erroneamente. Fiquei muito surpreso ao ser confrontado com este duplo paradoxo: a psicanálise, que deveria facilitar a compreensão, leva ao mal-entendido; a psicanálise, que supostamente permite a autoafirmação e a autorrealização por meio da recuperação de pulsões reprimidas ou mantidas encobertas (a teoria da estase libidinal), acelera a autonegação. Depois do paradoxo do comediante, eis o paradoxo do psicanalista, arrastado com sucesso, pelo paciente, ao ressentimento, ao não-entendimento, à apatia e, finalmente, à impotência. É uma vitória amarga para um paciente

⁸ Diz respeito a apagamento psíquico.

ter sucesso em arrastar para o fracasso aquela pessoa que deveria curá-lo, e particularmente pelas regras e dinâmicas exatas da situação. Mas se aceitarmos sem ressentimento e sem vergonha nossa contratransferência sempre renovada e reativada, e se a trouxermos à consciência por meio de nossos esforços para esclarecer sua causa real, aprenderemos sua verdadeira natureza por meio da própria transferência. Em resumo, uma contratransferência paradoxal é uma reação necessária e normal a uma transferência paradoxal: é, portanto, o sinal privilegiado desta última.

Outro relato de caso, de Bethsabee, também pode nos esclarecer. Depois de um tempo de análise, pareceu que o ponto fraco de Bethsabee era sua propensão a ficar deprimida diante de certas dificuldades profissionais ou afetivas, e é aí que se estabeleceu a transferência, seguindo certas interpretações que eu dei ou que ela mesma se deu. Minha conduta nessa análise tornou-se incômoda. Se eu permanecesse neutro e circunspecto, passaria a rejeitá-la e sua depressão aumentaria; se eu fizesse uma interpretação, o mais leve embaraço de minha parte no tom de minha voz, no estilo ou no conteúdo, era ouvido como uma condenação, e ela só poderia ficar deprimida. Não importava o que eu fizesse ou deixasse de fazer, ela estava fadada ao fracasso, e eu com ela. Nessas condições, demorei muito para decidir mudar a configuração (a partir de então, vi Bethsabee cara a cara) e informá-la de que a primeira parte de sua análise havia acabado e uma nova havia começado. Isso nos permitiu expor a natureza do paradoxo subjacente à sua transferência: “prove a si mesma” — o que significa que a forma e o conteúdo da injunção eram tais que impediam precisamente ao destinatário de provar a si mesmo. Através da transferência, ela me tornou incapaz de ‘provar’ a mim mesmo, assim como sua mãe que, ao longo de sua infância, a colocara na situação de ser incapaz de “provar” a si mesma, nunca deixando de exigir uma perfeição tão constante e completa como para assegurar o fracasso de sua filha em alcançá-lo. Bethsabee havia passado os primeiros anos de sua infância mais ou menos sozinha com sua mãe. A ausência do marido durante a guerra levou a mãe a desviar para a filha uma sede afetuosa que, de qualquer modo, o marido não conseguia saciar mesmo estando presente. Tensão e incompreensão caracterizaram a relação do casal. Houve cenas frequentes. A mãe sofria de um narcisismo tirânico, era superprotetora, dando a nível oral (comida, cuidados com o corpo, palavras), mas permanecendo fixada na busca anal do poder através do dinheiro e do controle constante do outro. Ela pairava sobre a filha, estimulando-a excessivamente, enquanto constantemente censurava Bethsabee por suas imperfeições. Ela não tolerava a necessidade de autonomia da filha. Uma vez, quando a criança brincava de jogos sexuais com um jovem vizinho conhecido por sua impureza, ela lavou a filha nua da cabeça aos pés com muita

água com sabão, esfregando com tanta força com uma escova que, enquanto o sabão picava dolorosamente sua pele, a criança estava à beira de desmaiar (daí a fragilidade do que chamei de “eu pele” de Bethsabee) (Anzieu, 1975). Isso lhe trouxe a reprovação paradoxal extra de ter uma natureza fraca, de ser uma “menina”, com todas as conotações depreciativas da palavra, por exemplo, irmã puta e fraca. Mais tarde, à verdadeira moda “Medeia”, a mãe ameaçou matar a filha e suicidar-se se o marido continuasse a se opor às exigências afetivas que ela lhe impunha.

Durante meses, a partir do momento em que a coloquei cara a cara, nós conseguimos trabalhar — pois o trabalho de psicanálise que havia sido impedido havia começado novamente — na análise das reações que se seguiram às repetidas injunções paradoxais de sua mãe e de perigosas ameaças que se acumularam a ponto de constituir uma equivalência traumática. Bethsabee desenvolvera uma reação de estupidez, porque qualquer esforço insignificante de compreensão era declarado com veemência pela mãe como inaptidão ou crime de lesa-majestade; uma reação de desarmamento constante de sua própria agressividade e da agressividade da mãe. E também uma reação de passividade, de apatia, que se tornou erotizada repentinamente por volta do período edípico e, a partir de então, Bethsabee esteve envolvida em devaneios. A satisfação ocorria no devaneio por meio da imaginação de ser amarrada, presa e imobilizada.

Bethsabee encontrou a formulação típica para esse tipo de injunção paradoxal “prova-se”, no dia em que um dos seus chefes se recusou mais uma vez a dar-lhe uma promoção profissional, o que já tinha feito vários anos antes, e isso a perturbou gravemente e por muito tempo. Ou Bethsabee consegue provar a si mesma e sua mãe a repreende por querer ficar sem ela: se você não precisa mais de mim, não só vou tirar meu amor de você, mas vou descarregar meu ódio em você — eu prefiro você morta do que independente. Ou Bethsabee não consegue se provar, e ela é a filha imperfeita de uma mãe perfeita, uma menina inútil e ineficiente, a vergonha da família. A conclusão desse dilema foi que não importava o que ela fizesse ou deixasse de fazer, ela tinha para sua mãe apenas uma posição, e somente essa para ocupar por toda a vida, o que Meltzer (1967) chamou de “seio latrina” — o depositário de todo mal, de toda sujeira, de todos os negativos que impedem o sujeito de se unir completamente ao seio ideal e perfeito. Enquanto em uma educação normal, a mãe desempenhará esse papel para uma criança por um tempo — aqui era o oposto, Bethsabee foi escalada para esse papel por sua mãe. Em resumo, o paradoxo é o seguinte: “Peço que você prove a si mesma para descobrir que não pode fazer isso”.

Na sessão em que teve uma experiência muito intensa de seu fracasso no trabalho, Bethsabee se viu no mesmo estado interior em que se encontrava com

frequência. Quando ela pensa nesta análise fora de suas sessões, ela imagina que espero que ela se prove em sua vida amorosa, o que justamente a joga de volta à sua incapacidade de fazê-lo, e mais ainda à rebelião contra o que ela sente ser a imposição de uma exigência de conformidade. Assim, analisei com ela as duas reações sucessivas que ela teve para com o chefe, decorrentes da situação paradoxal. A primeira reação foi fugir, faltar ao trabalho por vários dias e pensar em nunca mais voltar. Mas isso seria suicídio. A segunda reação foi morder a bala, agradecer ao patrão por suas exigências mesquinhas e meticulosas, sua arte em desanimar seus subordinados, para que ele possa melhor repreendê-los mais tarde, por sua falta de autoconfiança. Mas isso seria prestar-se à acusação de impulsividade e dar ao inimigo uma confirmação suplementar de que ela não está à altura da tarefa. Sugerir que talvez houvesse uma terceira solução que mudaria a natureza da situação, explicando a seu chefe o que nessa situação era paradoxal para ela e, sem dúvida, para ele também. Dessa forma, talvez eles pudessem mudar um em relação ao outro. A isso, Bethsabee respondeu vividamente: “Mas se alguém deve mudar, sou eu” — a implicação é “e apenas eu”. Ela ainda não havia tornado explícito essa suposição inconsciente sobre toda a sua vida e todas as suas análises, e eu não tinha nenhuma intuição sobre isso; poderia então analisar a parte narcísica do paradoxo em que ela se encontrava presa. Bethsabee é para sua mãe o centro do mundo; cada uma das duas é tudo para a outra, mas se a filha falhar em ser um reflexo fiel dessa mãe perfeita, a mãe vai quebrar esse espelho que agora está devolvendo uma imagem intolerável, e Bethsabee não é mais nada.

À pergunta “Qual é a vantagem de analisar a transferência paradoxal?”, Responderei que não nos permite avançar, mas retroceder, particularmente para as posições esquizoide (Bethsabee) ou paranoide (Epimênides). Todos nós sabemos como é difícil abordá-los e analisá-los. Depois de quinze meses de trabalho, Bethsabee pôde verbalizar para mim a imagem corporal que tinha no início de sua análise; a impressão de ser uma pele vazia rejeitada por outros, principalmente homens, depois de a terem usado; a impressão também de ter um núcleo, mas esse núcleo estava fora daquela pele. Ela resumiu o trabalho psicanalítico feito até então dizendo que agora o núcleo estava dentro, ela apontou para o trabalho a ser feito e ao qual nos atrelamos: entre a casca e o miolo há um vazio; que tecido intersticial, que carne viva se desenvolveria ali? Isso me leva a algumas considerações gerais. O desinteresse da psicanálise pelo processo secundário pode levar a subestimar a presença de uma articulação específica entre os processos primários e secundários, neste caso entre a pulsão de morte e o paradoxo lógico. De nada servirá interpretar apenas o processo primário sem analisar exaustiva e detalhadamente o funcionamento do pensamento secundário

em que as pulsões se organizam. Por outro lado, é igualmente inútil analisar exaustiva e detalhadamente o processo secundário como o grupo de Palo Alto fez no que diz respeito à comunicação paradoxal se, ao mesmo tempo, o impulso no trabalho não for destacado. Além disso, o respeito excessivo dado àquele aspecto da teoria freudiana que enfatiza a noção de satisfação do desejo, obscurece a igual importância de outro impulso pulsional que é a realização da ameaça de destruição. Geralmente, a elaboração secundária da posição depressiva produz configurações simbólicas que alimentam os processos conscientes e inconscientes de fantasiar e a produção de cenários imaginários com os quais a psicanálise está familiarizada. Antiteticamente, a elaboração secundária da posição esquizoparanóide produz esquemas de pensamento de outra natureza, um exemplo disso é a comunicação paradoxal, que deriva da simbolização primária; isso é o que Segal (1957) chamou de “as equações simbólicas” em oposição à simbolização secundária que é caracterizada por equivalências simbólicas. O desejo do psicanalista de obter material da fantasia do paciente ou sua insistência em que todas as interpretações devem trazer de volta à fantasia o material que é levantado constitui uma resistência contratransferencial para aceitar a posição esquizoide-paranoide seja ela qual for. Mais precisamente, assim como Klein (1948) mostrou a existência de um “núcleo psicótico” em todos os indivíduos, proponho ver na situação paradoxal infantil um dos elementos essenciais do que poderia ser chamado de “núcleo narcisista” do pensamento e da neurose.

Quais são os efeitos topográficos de situações paradoxais? O estudo dessa questão só pode ser abordado aqui. O ego torna-se uma instância psíquica de um ego corporal arcaico que chamei de “eu pele” (Anzieu, 1975). Uma situação paradoxal perturba a constituição de um eu pele e, assim, impede o desenvolvimento ou o subsequente funcionamento do ego em certos setores. Por outro lado, na situação paradoxal, o superego não pode evoluir para os níveis edípico e ambivalente. Ele permanece confundido com o ideal do ego e o investimento pulsional que procede da morte. A insuficiente autonomia do ego e a onipotência do superego impedem que os dois princípios reguladores do aparelho psíquico (segundo a primeira teoria de Freud), o prazer-desprazer e os princípios da realidade, se afirmem. O aparelho psíquico é vítima de um terceiro princípio, a redução das tensões ao seu nível mais baixo. Isso significa que, em vez de desenvolver uma ânsia para viver com seus momentos de plenitude, alegria, criação, desenvolve-se um substituto para uma espécie de subsistência sombria e relativamente impessoal. Se pudermos fazer com que o paciente experimente sua análise como uma situação diferente de uma situação paradoxal, encerraremos então com a aliança terapêutica negativa e, ao mesmo tempo, daremos a ele o sentido e o sabor da vida.

O estudo das injunções paradoxais não esgota a diversidade das situações paradoxais. Outro tipo é a anulação. Não é mais uma ordem dada a alguém, mas um julgamento proferido sobre ele ou acerca dele. Nos casos descritos acima, o paradoxo reside no fato de que a ordem inclui duas restrições contraditórias. O segundo tipo do paradoxo se baseia no fato de que o julgamento comunicado ao sujeito é sobre ele mesmo, e é uma negação da experiência do sujeito, da percepção que ele tem de seus sentimentos, pensamentos ou desejos⁹.

Aqui está um breve exemplo tirado da análise de uma mulher para quem eu não encontrei um pseudônimo melhor do que Erroneous, à luz da frequência e intensidade dramática com que ela recebeu objeções, durante sua infância, às vezes até na idade adulta, de que o que ela sentia era errado. Quando criança, ela tomava banho não ao mesmo tempo que seu irmão mais novo, o que teria sido indecente, mas logo antes. Para que a água do banho estivesse na temperatura certa para o irmão, Erroneous foi forçada a um banho escaldante. Se ela reclamava do calor excessivo, a tia que estava encarregada dela — enquanto os pais estavam no trabalho — dizia que ela era uma mentirosa. Se ela gritava de dor, a mãe que foi chamada para dar seu conselho, acusava-a de fazer barulho. Quando ela saía da banheira vermelha como uma lagosta, cambaleando e prestes a desmaiar, o pai, que já havia chegado como reforço, dizia que ela não tinha força nem caráter. Ela foi levada a sério apenas no dia em que realmente desmaiou. Ela passou por inúmeras situações semelhantes por causa do ciúme dessa tia abusiva, da distância e da indiferença de uma mãe preocupada demais com o trabalho e do sadismo do pai. Aqui está outra situação em que o leitor não pode deixar de notar o caráter implícito do *double bind*. Embora quando menina tivesse sido submetida a esses banhos ardentes pela tia e pela mãe, quando ela cresceu seu pai proibiu os banhos porque os banhos quentes suavizavam o corpo e a mente, e ela era obrigada a tomar banhos frios no inverno e no verão, no porão da casa, uma área não aquecida e onde o chuveiro havia ficado instalado deliberadamente longe do banheiro. Além disso, o próprio pai vinha verificar a situação mesmo depois que sua filha atingiu a puberdade.

Erroneous reviveu inúmeras vezes em suas sessões analíticas a dificuldade de comunicar seus pensamentos e afetos, apavorada como estava de que eu negasse sua validade. Nunca entendi tão bem como é fácil passar do negado ao que é mentido. No sofá, ela de repente sentiu uma sensação de frio glacial. Frequentemente, ela gemia e impulsivamente explodia em soluços. Várias vezes durante as sessões, ela experimentou um estado intermediário entre a alucinação e a despersonalização; a realidade não era mais a realidade, sua percepção das

⁹ Ver a extensa discussão de Feiner (1970) sobre mistificação (pp. 68-70).

coisas se turvou, as três dimensões do espaço vacilaram; ela mesma continuava extinguindo-se, mas sentia-se separada de seu corpo e fora dele. Ela mesma entendeu essa experiência, ao verbalizá-la com detalhes suficientes, como um reviver da situação infantil no banheiro.

Achei que poderia poupar Erroneous de uma transferência paradoxal. Por sua vez, nisso eu estava errado. Ela manifestou uma transferência positiva com bastante rapidez e, contando com isso, eu poderia desmontar o sistema paradoxal em que seus pais a haviam colocado e sobre o qual ela ficava falando comigo o tempo todo. A aliança terapêutica teve um efeito feliz em sua vida social e profissional e em seu relacionamento com os filhos. Mas ela permaneceu hipersensível e frágil; quaisquer observações sobre o passado de qualquer pessoa familiar a ela, ou mesmo a mim, a deixavam em profunda desordem. Ela, então, não estava mais segura de suas próprias sensações, ideias e desejos. Os limites de seu ego ficaram embotados. Abruptamente, ela mergulhou em uma transferência paradoxal, concentrando todas as suas dificuldades na análise em mim. Ela sentia que eu era alguém que não iria ouvir o que ela dizia e cujas interpretações (como as que ela atribuiu a mim ou cujo significado distorceu) visavam à negação sistemática de si mesma. A análise começou a progredir novamente somente depois que eu aceitei plenamente tornar-me objeto de uma transferência paradoxal e quando ela teve a prova de que ela poderia me atingir e que eu permaneci firme.

Esse exemplo ilustra as diferenças entre a lógica das afirmações contraditórias, que é o fundamento da organização psiconeurótica, e a lógica do paradoxo, que é o fundamento dos déficits narcísicos e dos estados limítrofes. Se os pais de Erroneous tivessem dito a ela: “O banho está muito quente, mas você deve fazer um esforço para tomá-lo”, eles teriam reconhecido a percepção de sua filha como verdadeira e a teriam colocado em um conflito de uma ordem moral entre o desejo de evitar o sofrimento e seu dever de tolerar a dor a fim de se sacrificar por um irmão mais novo e desistir de seu desejo de ser seu objeto de amor favorito. Eles teriam se colocado então em uma lógica de ambivalência e de conflito. No entanto, ao negar o que ela realmente sentia: “Sua sensação de estar com muito calor é falsa, é o que você diz, mas não é verdade que você sente; os pais sabem melhor do que os filhos o que os filhos sentem; e nem o seu corpo, nem a sua verdade pertencem a você”, os pais já não se baseavam no fundamento moral do bem e do mal. Eles baseavam-se na lógica da confusão entre verdadeiro e falso, e seu paradoxo era obrigar a criança a inventar ou trocar o verdadeiro e o falso. Daí decorrem as dificuldades consecutivas na constituição das fronteiras do ego e da realidade, e na comunicação aos outros dos próprios pontos de vista. Bom e mau são noções contraditórias e a lógica correspondente

aplica-se essencialmente aos desejos. A confusão entre verdadeiro e falso produz outra lógica que vai além do desejo, influenciando a sensação, percepção, memória, julgamento e, pensamento, de forma mais geral. Assim se desenvolve o que Arnaud Levy (1970) descreveu como uma subversão da lógica, como uma perversão do pensamento, uma nova forma de patologia perversa além das perversões sexuais e morais. A relação paradoxal entre mãe (ou pai) e filho é simetricamente revertida como no estado descrito por Winnicott (1951) como o de fenômenos transicionais e de ilusão, em que se estabelece um elo de confiança entre a mãe, o ego e o mundo, e a possibilidade de estabelecer, através do pensamento, correspondências entre a realidade externa e a realidade interna. O paradoxo, ao contrário, favorece o desafio e a cisão. Esse tipo de relacionamento subverte o sentido da verdade e do próprio ser do sujeito. Proponho definir essa relação paradoxal como a ilusão negativa.

Aqui está uma formulação que poderia reunir a experiência da transferência paradoxal com a do debate nas sociedades eruditas, na vida política ou nas brigas matrimoniais: o raciocínio pode servir de arma para um ser humano estabelecer seu poder sobre o outro. Uma segunda conclusão pode ser tirada da psicanálise social. Na época de Freud, o desconforto na civilização vinha em grande parte da repressão sexual; em nossa época, parece advir cada vez mais do raciocínio paradoxal nas relações entre indivíduos, gerações e grupos sociais. Mas há uma terceira conclusão. As duas conclusões anteriores são válidas apenas para seres humanos em interação uns com os outros ou em hábitos combinados de pensar e se expressar. É verdade que não há nada no homem que não seja de origem biológica, não há nada também biológico que não seja retomado e transformado pela linguagem e pelo pensamento em níveis de simbolização cada vez mais complexos e sempre suscetíveis de se tornar pervertido. O paradoxo original talvez pudesse ser o de Fairbairn (1952), quando ele descreveu o cerne da posição esquizoide. A criança “sente que a razão da aparente recusa dela (a mãe) em aceitar seu amor é que seu próprio amor é destrutivo e mau”; “quando um indivíduo com uma tendência esquizoide (desiste) do contato social é principalmente porque ele sente que não deve amar nem ser amado”; “uma vez que a alegria de amar lhe parece proibida, ele pode muito bem entregar à alegria de odiar. Ele então faz um pacto com o Diabo e diz: ‘Mal, seja o meu bem’”.

A ambiguidade, a confusão que estão na raiz de todas as situações paradoxais (comunicação, injunção, transferência) constituem o verdadeiro e o falso, o bom e o mau, o amor e o ódio, a vida e a morte, não como termos contraditórios e mutuamente exclusivos, mas como termos que podem ser transformados ao longo de um círculo sem fim. Assim, a cisão essencial não é mais a do bom e do mau, mas a da idealização e da perseguição. Demonstrei esse processo em casos

de a) paranoico, b) esquizoide e c) despersonalização, tudo o que o psicanalista pode descobrir no tratamento de pacientes neuróticos, estados caracterológicos ou limítrofes, que apresentam defeitos narcísicos e uma propensão a reações depressivas.

Finalmente, gostaria de retornar a duas outras manifestações de transferência paradoxal já mencionadas: a reação terapêutica negativa e a flexibilidade da mente.

Em 1923, Freud mencionou a reação terapêutica negativa, mas atribuiu-a ao superego que acabara de descobrir: o paciente não pode tolerar nem a satisfação que seu analista eventualmente lhe expressará, nem o progresso que sua análise lhe permitiu realizar; parece que a doença ajudou a aliviar os sentimentos inconscientes de culpa e satisfaz as necessidades de punição do superego; ser curado seria expor-se ao perigo de os sentimentos de culpa e as censuras do superego se tornarem conscientes. Em 1924, ele acrescentou que a reação terapêutica negativa também satisfazia a tendência masoquista do paciente. Em 1937, ele voltou a ela e colocou a reação terapêutica negativa ao lado do protesto feminino nos homens e da reivindicação masculina nas mulheres entre os principais obstáculos para o resultado benéfico de uma análise. Freud explicou-o por duas causas que já indicamos. Em algumas, a qualidade inata da energia impulsiva agressiva é insuficiente ou excessiva; em outras, a pulsão de morte não cumpriu sua imbricação (ou complexidade) com a pulsão de vida, e a pulsão de morte funciona de forma autônoma e incontrolável.

Os sucessores de Freud ampliaram a definição da reação terapêutica negativa e chegaram a uma atitude menos pessimista quanto às possibilidades de tratá-la. W. Reich (1934) vinculou-a ao não reconhecimento pelo analista da transferência negativa.

Duas explicações adicionais foram oferecidas recentemente. Joffe e Sandler (1965) acreditam que o sucesso na análise é paradoxalmente experimentado por certos pacientes como um distanciamento ou perda do “ideal”. Portanto, há uma reação depressiva e também o desenvolvimento, em alguns desses pacientes, de sinais de sintomas de depressão. Rosenfeld (1968) considera a reação terapêutica negativa como uma espécie de transferência arcaica em pacientes cujo ego é pouco diferenciado do restante do aparelho psíquico e onde um impulso muito primitivo entra em ação. É, no sentido kleiniano, a inveja destrutiva do seio generoso. Essa reação é particularmente aguda e repetida em viciados em drogas. As condições de sua analisabilidade repousam na interpretação repetida dessa transferência “invejosa” (ou o que é o mesmo, o que Bion (1959) chamou de “ataques” ao trabalho psicanalítico na medida em que a psicanálise estabelece “vínculos”).

As observações confirmam as visões de Joffe e Sandler da alternância da idealização e da depressão, e as de Rosenfeld e Bion no que tange aos ataques destrutivos, na transferência, sobre o seio abundante e seu equivalente simbólico, que é o estabelecimento de ligação. Mas minhas observações complementam essas, considerando a estrutura paradoxal da reação terapêutica negativa. A reação terapêutica negativa é um paradoxo encenado. É necessário que a análise a transforme primeiro em um paradoxo pensado e verbalizado e, em segundo lugar, desfaça nesse paradoxo a complexidade especial de um processo primário (a inveja destrutiva) com um processo secundário (o dilema).

A experiência paradoxal, entretanto, não leva apenas a consequências negativas. Os filhos são inevitavelmente submetidos a situações paradoxais por parte dos pais; os adultos também são expostos a eles na vida social, o que implica relações entre categorias coletivas opostas. A experiência da situação paradoxal torna-se patogênica apenas se tende a ser exclusiva e repetitiva, e o progresso na compreensão psicanalítica deve nos permitir diferenciar ainda mais as particularidades dessa situação que se predispõe tanto a reações psicossomáticas quanto à despersonalização, à esquizofrenia, à paranoia, bem como a outras perturbações do pensamento e da personalidade.

Mas essa experiência, em sua forma atual, é necessária ao desenvolvimento psíquico. O humor (como a contratransferência paradoxal) muitas vezes se baseia na capacidade de reviver o paradoxo e dominá-lo¹⁰. Crianças que foram protegidas demais dos paradoxos por seu meio ambiente encontram-se mal equipadas para compreendê-los e suportá-los quando confrontados com eles na vida social — escola, trabalho. A tolerância à ambiguidade é adquirida por meio de uma certa familiaridade com o paradoxo e é expressa não apenas no humor, mas também em certas repreensões não lógicas e inesperadas efetuadas por pessoas criativas, na liberdade de ideias transmitidas ou aprendidas, na atenção flutuante do psicanalista, na fluidez do brincar, no ir e vir dos fenômenos de transição entre a realidade externa e a interna. O paradoxo fundamental é aquele da imbricação, sempre a ser feito, entre as pulsões de vida e de morte.

¹⁰ O absurdo, a história do galo e as respostas engraçadas absurdas jogam com o paradoxo. Exemplo: “Qual é a diferença entre um esquilo e uma escova de dentes?”. O sujeito diz: “Não sei” (são tantas as diferenças que não dá para pensar em nenhuma). A resposta é: “Se você não sabe, coloque os dois ao pé de uma árvore e verá qual deles sobe”.

Referências

- Anzieu, D. (1975) La résistance paradoxale: Le cas du taureau ratiocineur. In: *Le Groupe et l'Inconscient*. Paris: Dunod.
- Balint, M. (1968) *The Basic Fault*. London: Tavistock Publications.
- Bettelheim, B. (1966) *The Empty Fortress*. New York; Alfred A. Knopf.
- Bion, W. (1959) Attacks on linking. In: *Second Thoughts*. London: Heinemann (1967).
- Carroll, L. (1865) *Alice's Adventures in Wonderland*. London: Oxford University Press (1982).
- Fairbairn, R. (1952) Schizoid factors in the personality. In: *Psychoanalytic Studies of the Personality*. London: Tavistock Publications.
- Feiner, A. H. (1970) Toward an understanding of the experience of inauthenticity. *Contemporary Psychoanalysis*, 7: 64 - 83.
- Freud, S. (1923) The ego and the id. *Standard Edition*, 19:3-66.
- Freud, S. (1924) The economic problem of masochism. *Standard Edition*, 19:157- 170.
- Freud, S. (1937) Analysis terminable and interminable *Standard Edition*, 23:216- 253.
- Gosciny Uderzo (1973) *Asterix en Corse*. Paris: Dargaud.
- Heller, J. (1985) *Catch 22*. New York: Dell.
- Horney, K. (1936) The problem of the negative therapeutic reaction. *Psychoanalytic Quarterly*, 5:29-44.
- Ionesco, E. (1951) *La leçon*. In: *Theatre*, 1. Paris: Gallimard (1954).
- Joffe, W. and Sandler, J. (1965) Notes on pain, depression and individuation. *Psychoanalytic Study of the Child*, 20:394-424
- Kafka, J. S. (1971) Ambiguity for individuation: A critique and reformulation of double-bind theory. *Archives of General Psychiatry*, 25:232-239.
- Klein, M. (1948) *Contributions to Psycho-Analysis*. London: Hogarth Press.

- Levy, A. (1970) Lecture to The French Psychoanalytic Association. Unpublished.
- Meitzer, D. (1967) *The Psychoanalytic Process*. London: Heinemann.
- Racamier, P. C. (1973) Entre humour et folie. *Revue Française de Psychanalyse*, 37:655-668.
- Reich, W. (1934) *Psychischen Kontakt und Vegetative Strömung*. Copenhagen: Sexpol Verlag.
- Rosenfeld, H. (1968) *Negative therapeutic reaction*. Cited in J. Sandler, C. Dare, A. Holder (1975) *Le Patient et la psychanalyse*. Paris: P.U.F., ch. 8.
- Segal, H. (1957) Notes on symbol-formation, *International Journal of Psycho-Analysis*, 38: 391-397.
- Watzlawick, P., Helmick Beavin, J., Jackson, D. (1967) *Pragmatics of Human Communications*, New York: W.W. Norton and Company.
- Winnicott, D. (1951) *Collected Papers*. Nova York: Basic Books, Inc.
- Winnicott, D. (1960) The theory of the parent-child relationship. In: *The Maturational Processes and the Facilitating Environment*. London: Hogarth Press.

Copyright © William Alanson White Institute of Psychiatry, Psychoanalysis & Psychology and the William Alanson White Psychoanalytic Society, reprinted by permission of Taylor & Francis Ltd, <http://www.tandfonline.com> on behalf of William Alanson White Institute of Psychiatry, Psychoanalysis & Psychology and the William Alanson White Psychoanalytic Society.

Traduzido pela psicanalista Augusta Gerchmann, membro titular com função didática da SBPdePA, e pela psiquiatra Camila de Araújo Reinert, membro do Instituto da SBPdePA
Revisão de português: Mayara Lemos